

DISCUTINDO METODOLOGIA DE PESQUISA PARA AS COMPREENSÕES SOBRE A AGROECOLOGIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

Diógenes Rabello¹
Thiago Pereira de Barros²

Resumo:

O presente texto visa apresentar uma discussão sobre metodologia de pesquisa qualitativa em geografia, mais especificamente apontando elementos a respeito da importância dos trabalhos de campo e das entrevistas enquanto mecanismos capazes de adentrar na análise das relações sociais. E tendo como foco a análise na geografia agrária relacionamos essas metodologias com os dados/informações pesquisados no Pontal do Paranapanema/SP, que por sua vez, têm demonstrado os conflitos e disputas por dois modelos de produção: o agrohidronegócio e a agroecologia, e tem se revelado enquanto importante instrumento de (re)existências dos camponeses.

Palavras-chave: Metodologias de pesquisa, Agroecologia, Camponeses, Movimentos sociais.

Introdução

Este artigo é parte dos resultados de investigação do projeto “Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema/São Paulo - Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental” (Processo FAPESP: 2012/23959-9), desenvolvido por um conjunto de professores e pesquisadores, em diferentes níveis, desde a graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e inclusive de diversas áreas do conhecimento: geografia, história, sociologia, serviço social, estatística, medicina, biologia, entre outras.

Este texto está dividido em duas partes, na primeira delas apresentamos uma discussão sobre metodologia de pesquisa qualitativa em geografia, trazendo para a discussão a trajetória da discussão metodológica em geografia agrária. Nesta primeira parte, ainda, abordamos duas estratégias de pesquisa qualitativa: o trabalho de campo e a entrevista e suas abordagens em geografia agrária. Na segunda parte do texto, apresentamos uma discussão fruto de nossas reflexões e aplicações da metodologia qualitativa de pesquisa, que é disputa pelo território no

¹Estudante do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT – Presidente Prudente estado de São Paulo. diogenesrabello@yahoo.com. Bolsista FAPESP (Processo/Núm. 2015/02962-0).

²Estudante do curso de doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT – Presidente Prudente estado de São Paulo. Bolsista FAPESP (Processo/Núm: 2017/05924-7). thiagobarros.evk@gmail.com.

Pontal do Paranapanema protagonizada pelo agrohidronegócio e o campesinato, e os efeitos para a transição agroecológica.

O exercício da pesquisa impõe ao pesquisador diversos desafios, os quais irão nortear suas ações no exercício da investigação da realidade. Desta forma, cabe a ele criar os caminhos pelos quais ele irá percorrer, buscar a imersão no território da pesquisa e no universo da vivência do sujeito pesquisado.

Ou seja, é a busca pelo conhecimento e a tentativa de desvelar as dúvidas e questionamentos que surge para cada pesquisador, que os direciona para a construção de mecanismos e metodologias que o levará ao êxito da pesquisa.

Desse modo, as metodologias e as formas como o pesquisador se adentra ao universo da pesquisa pode ter como pano de fundo a sua experiência de vida e sua concepção filosófica e política. Trilhando estes caminhos cada pesquisador deve entender que sua imersão na pesquisa exigirá, no mínimo, condições de compreender a concepção filosófica e política dos sujeitos pesquisados, seja no contexto histórico no processo social em que estão e/ou são inseridos. Sendo assim não podemos dizer que existe metodologia pré-determinada, pois ela está ancorada nas particularidades de cada projeto, assim o que existe são as metodologias adequadas para melhor trabalhar com cada sujeito e objeto.

Conforme Turra Neto (2013), a diferenciação entre as pesquisas de cunho qualitativo e quantitativo estão pautadas na natureza das informações, enquanto nas pesquisas qualitativas os produtos são essencialmente de natureza discursiva, nas pesquisas quantitativas esses materiais são de natureza numérica. Isso não significa que o pesquisador quando opta por um estilo de pesquisa necessariamente não utilizará o outro, o mesmo autor ajuda a entender que os dois aportes podem ser trabalhados em conjunto, a depender da natureza da investigação. Quando se opta por fazer uma pesquisa de natureza qualitativa, o autor poderá buscar amparo nas estratégias quantitativas para verificar algumas informações.

Por se tratar parte essencial do processo de investigação, a construção metodológica da pesquisa exige que do investigador buscar trabalhar com rigor os recursos e ferramentas que podem auxiliá-lo, e atenção e cuidado com aquilo que pode prejudicá-lo. Sendo assim, nossa ideia com este texto é apresentar alguns pressupostos e reflexões sobre a metodologia qualitativa em geografia agrária.

A geografia agrária é um ramo da ciência geografia que busca fazer uma leitura das relações no campo. Muitas vezes confundida com a geografia rural, a geografia agrária tem

como objeto o estudo das relações sociais e políticas no campo advindo do processo de interação entre homem e a terra, e os elementos que se sobrepõem à esta interação: Estado e capital, sobretudo (THOMAZ JUNIOR, 2011).

A trajetória da pesquisa qualitativa na geografia e as abordagens metodológicas em geografia agrária.

O ponto de partida que estabelecemos para nossa análise é a ideia de que não devemos desvincular a discussão entorno da questão agrária da ciência geográfica, posto que, esta ciência nos oferece base para compreender as tramas apresentadas no campo e na agricultura.

Para nossa análise iremos considerar três momentos da ciência geográfica marcados pela sua intensidade quanto às apostas teóricas e metodológicas: 1) Geografia Clássica, quando a geografia se baseava em pressupostos da filosofia positivista, com estudos caracterizados pela observação direta, descrição, análise e comparação. 2) Nova Geografia, onde estudos descritivos foram substituídos pelos estudos dos modelos e técnicas estatísticas. 3) Geografia Crítica, caracterizada pela base teórica e metodológica alicerçada no materialismo histórico-dialético, onde surge a necessidade de adentrar de considerar o sujeito social como objeto.

Elio Mogliorini (1950, apud FERREIRA, 2001, p. 44), defende a ideia de que até a década de 1950 a chamada Geografia Agrária, vinha sendo entendida como uma ramificação da Geografia Econômica, tendo como foco de discussão a avaliação das produções e as modificações que dela derivavam e a influência do mercado.

Já em 1956, Pierre George começa a introduzir novos elementos para adentrar neste universo da definição da Geografia Agrária. O autor agrega alguns elementos e aspectos da vida no campo, descrevendo a sua extensão e diversidade no mundo, incluindo ainda as relações presentes no meio rural, partindo do meio físico, a densidade da ocupação humana, concluindo com as evidências históricas. O autor está preocupado em descrever a diferenciação da agricultura mundial, evidenciando o que ele chama de características geográficas do trabalho agrícola, preocupando-se mais em mostrar o que o geógrafo deve estudar no meio rural do que propriamente definir a geografia agrária.

Conforme Paulino (2006), desde os primórdios das sociedades humanas, a gestão e organização do território se dava de forma bastante simples, conduzida pelo chefe da família nômade, sobretudo. O controle do território passa a ser mais complexo e conflituoso

conforme as sociedades foram evoluindo. Diante disso, e da cada vez mais crescente necessidade de se ter conhecimento sobre a terra é que surge a demanda por uma ciência que se dedique à compreensão do espaço. Não podemos perder de vista, que um dos fenômenos responsáveis (talvez o maior deles) que determinou a urgência em se ter esta ciência foi a expansão do capitalismo, pois era de interesse que se conhecesse a terra para identificar suas potencialidades de recursos que pudessem gerar acumulação do próprio capitalismo.

A Geografia, no contexto da Geografia Clássica, propunha pensar uma ciência que trabalhava com os fenômenos naturais e sociais a partir do positivismo, que ofereceu o fundamento teórico e metodológico para os estudos, sendo empregado também para interpretar a sociedade e a natureza. Neste período a hipótese fundamental era a de que a sociedade seria regida por determinantes naturais, caracterizados por serem imutáveis e independentes da vontade humana.

Seguindo estes pressupostos,

[...] a geografia passou a realizar uma exaustiva descrição dos lugares, fazendo levantamento de informações e localização dos fenômenos, descrevendo os traços naturais e sociais da superfície terrestre num estudo da individualidade dos lugares que pudesse instrumentalizar a expansão do capital monopolista. A geografia consolidou-se como uma ciência idiográfica e descritiva partindo das particularidades e somas das diferentes áreas para o conhecimento do todo. Os estudos regionais foram valorizados, sendo defendidos por muitos geógrafos como o verdadeiro conhecimento geográfico porque visualizavam o espaço como encontro de aspectos naturais e sociais, mas que na prática caracterizavam-se mais pelo estudo físico (FABRINI, 2005, pg. 1).

Podemos afirmar, portanto, que o objeto da geografia neste período era a natureza, onde preocupava-se no estudo da superfície terrestre descrevendo suas características e aspectos físicos, fazendo o levantamento e localização dos fenômenos.

Neste contexto, estudos em Geografia Agrária estiveram voltados para os estudos regionais descritivos, com base no método indutivo. Segundo Alves (2010), metodologicamente, este período apresenta um padrão conceitual e técnico nas pesquisas em Geografia Agrária, uma certa homogeneização metodológica.

Alves (2010) ressalva que neste momento os estudos a Geografia Agrária estavam calcados em três eixos principais: estatísticos, ecológicos e fisionômicos. Se a ciência não estava preocupada em inserir os aspectos sociais em sua agenda de pesquisa, as estratégias metodológicas não eram pensadas de forma à abarcar os aspectos sociais, mas sim, pensadas de forma que pudesse auxiliar no levantamento de informações para possíveis descrições.

No período pós II Grande Guerra Mundial, quando a nova fase industrial começa a avançar e redefinindo as formas de organização do espaço (MOREIRA, 1998), a geografia rompe com o tradicionalismo positivista da Geografia Clássica e começa a buscar novos caminhos. Porém, como nos aponta Santos (1986) algumas razões contribuíram para essas mudanças, os mais significativos são: os suportes do trabalho científico avançaram muito; as necessidades daqueles que se apropriavam das ciências mudaram; e, o objeto científico também mudou.

Nesta nova fase, abandonam-se as técnicas empíricas-descritivas para empregar técnicas estatísticas e sistêmicas. Os geógrafos passaram a desenvolver procedimentos quantitativos e seus trabalhos se davam base nas técnicas dedutivas e lógicas. O empirismo cedo lugar aos estudos laboratoriais (FABRINI, 2005).

Ferreira (2002, apud ALVES, 2010, p. 5) chama a atenção para o caminho que seguir a Geografia Agrária neste momento:

Modelizada, tipificada, em busca de normas que permitissem a previsibilidade e a intervenção planejada, coerentemente com o domínio de um Estado autoritário, centralizador, intervencionista, com um período de modernização induzida no campo, aceleração do processo de urbanização e mudança do eixo econômico, da agricultura para a indústria. Coerente, ainda, com uma ciência neopositivista voltada para a aplicabilidade imediata dos conhecimentos (FERREIRA, 2002, p. 340, apud ALVES, 2010, p. 5).

Nota-se que a Geografia (consequentemente a Geografia Agrária) neste momento se volta para uma perspectiva mais quantitativa. A Geografia Agrária sempre buscou apoio nas informações numéricas e estatísticas para subsidiar as análises dos fenômenos e relações desenvolvidas no campo. Quando a Nova Geografia começa a dar sinais de fragilidade, os geógrafos começam e analisar os fenômenos geográficos sob a ótica do método marxista, trata-se de uma brusca ruptura com os pressupostos tradicionais e positivistas anteriores. Agora, ante à ebulição das problemáticas sociais, os sujeitos passam a ser objeto de estudo das ciências humanas (FABRINI, 2005).

De acordo com Fabrini (2005, p. 2), “foi a partir dos estudos marxistas que o conhecimento geográfico assumiu novas características e a geografia foi construída como uma ciência da sociedade e seu objeto, o espaço socialmente construído”.

Com a preocupação de enfatizar as questões sociais, neste período a geografia agrária passa a compreender temáticas que ultrapassam a linha da descrição das formulações estatísticas e começa a se empenhar na análise da dinâmica social vivida no campo. Temas como movimentos sociais e conflitos no campo começam a receber maior atenção.

Conforme Flick (2009), o grande ganho da pesquisa qualitativa está na possibilidade de se adentrar ao estudo das relações sociais. É neste momento, com a adoção dos estudos sociais, que as estratégias de metodologia qualitativa passam a dar maior contribuição para a ciência.

Sobre trabalho de campo

O Trabalho de Campo tem sido uma ferramenta muito utilizada na ciência geográfica a fim de compreender o movimento do real/concreto, indo além do limite das salas de aulas ou dos livros colocando em prática a reflexão do real, como já aponta Thomaz Junior (1997).

Suertegaray (2002) nos ajuda a entender “[...] o trabalho de campo de forma mais ampla, como um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo”.

Desta forma, o desafio posto para quem trabalha com trabalho de campo é ultrapassar os elementos visíveis na paisagem partindo para uma imersão neste movimento da sociedade, buscando desvelar as dinâmicas existentes por trás dos elementos paisagísticos.

Conforme Thomaz Junior (1997),

O que se coloca prontamente, é dar conta da diversidade paisagística, de forma a não ficar nela, mas, ao contrário, a partir dela, ir além do imediato, do aparente, do empírico. Para tanto, é necessário entendê-la como sendo manifestação exterior (fotografia) de um conteúdo (sociedade) que a (re)define, (re)elabora. Sendo assim, o que temos de extrair dela, é a estrutura de classes do capitalismo que traz estampada na sua configuração, ou o ordenamento territorial das classes sociais, o que revela, aos nossos olhos, o reflexo do desenvolvimento contraditório do capitalismo (THOMAZ JUNIOR, 1997, p. 23).

Este desafio é superado conforme a adoção do método filosófico que cada pesquisa vai adotar para si. Há que se apropriar de conceitos e teorias que lhe darão subsídios para a compreensão do movimento do real na prática. Porém, deve-se considerar que não há formulas pré-definidas de como se dá tanto a prática de campo quanto a interpretação do que se lê em campo, primeiro porque ele se ajusta a cada tipo de pesquisa e interesse, e segundo porque a sociedade é diversa e heterogênea, as estratégias que ajudam a um podem não se encaixarem nos objetivos que outro busca.

O que se pode assinalar é que o trabalho de campo se molda e se apropria de distintas estratégias e recursos conforme o tipo de investigação de se pretende fazer. Entre uma série de

tipos de investigação, as que têm sido mais utilizadas são: história oral, observação participante e grupos focais, cada um com recursos e ferramentas próprias para seu manuseio.

Santos (1999, p. 120) diz que,

A importância do trabalho de campo não se limita apenas a ouvir as pessoas; ao sentido que elas são às coisas; ao terminado. Nem tampouco ao real como fato realizado e acabado. A importância do empírico, portanto, é promover contato, ou seja, é a análise voltada para as tendências de interpretações que os pesquisadores promovem do mundo, num movimento dinâmico orientado pelas determinações sociais do seu lugar. Tal procedimento implica na compreensão do vivido, o qual deriva dos atos práticos que as pessoas, a partir de suas organizações sociais, vão construindo no tempo e espaço.

Portanto, o trabalho de campo auxilia na compreensão da dinâmica dos fenômenos, pois desta forma o pesquisador poderá visualizar as formas como estes fenômenos estão interagindo com os fatos sociais, passando para além do trabalho descritivo.

Lacoste (1949 p. 91) chama a atenção para a realização entre empiria e teoria:

O trabalho de pesquisa, propriamente dito, a observação no campo, corresponde à grande escala e, neste nível, é somente uma parte dos fenômenos que pode ser convenientemente apreendido; os outros devem ser antevistos em escala menor e é preciso, para isto, utilizar representações que a pesquisa no terreno não pode fornecer. O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

Portanto, o processo de pesquisa envolve diversas fontes e mecanismos. O trabalho de campo, no nosso caso, será a principal ferramenta para a compreensão do objeto de estudo. Neste sentido, o levantamento bibliográfico bem como as informações secundárias (dados quantitativos) servirão como apoio para a análise e compreensão das análises feitas em campo.

Sobre a entrevista

Durante a realização de um trabalho de campo, o recurso mais comum é a entrevista. Colognese e Melo (1998) nos trazem uma definição bastante prática de entrevista, quando dizem que se trata de um momento de interação mútua (entrevistado e entrevistador) cuja finalidade é a obtenção de informações. Os autores classificam a entrevista em três padrões: entrevista não-diretiva, aquela onde a estruturação da entrevista é reduzida ao mínimo; entrevista semi-diretiva, na qual há uma estruturação básica da entrevista, com roteiro pré-definido, mas que é totalmente flexível; e, entrevista padronizada, aquele tipo de entrevista

em que o roteiro pré-definido é seguido rigidamente, sem flexibilidade (COLOGNESE e MELO, 1998).

Ainda de acordo com os autores, há três aspectos que devem ser considerados por aqueles que adotam a entrevista enquanto técnica. Primeiramente deve-se atentar para o tipo de entrevista que será realizada quanto à padronização, a natureza das informações que se objetiva obter, quais os informantes, o nível de controle e o roteiro. Uma segunda preocupação que o pesquisador deve ter é com a situação da entrevista, que envolve o processo de interação social e o comportamento do entrevistador e do entrevistado. Por fim, deve-se ter em mente quais as formas de organização, categorização e os tipos de análise dos resultados obtidos (COLOGNESE e MELO, 1998).

Thompson (1935) vai contribuir no debate sobre o processo de entrevista trazendo novos elementos que devem ser considerados. O autor defende que o entrevistador não deve estar totalmente desconectado do assunto ou problema, sendo assim, o ponto de partida deve ser a preparação de informações básicas, que pode ser acontecer consultando materiais sobre os sujeitos e sobre o lugar, ou através da realização de entrevistas exploratórias. Partindo disso, é importante que se estabeleça um roteiro de perguntas muito bem formuladas, pois elas podem influenciar sobremaneira o resultado da entrevista, podendo hora inibir o entrevistado para a resposta, ora induzi-lo ao mau entendimento da pergunta.

Outro aspecto importante que o pesquisador deve considerar ao trabalhar com entrevistas, principalmente no que tange a entrevistas não-diretivas, é que se deve atentar para a problematização, isto é, não é interessante que se realize entrevistas com base em intuições, nem no bom senso como em entrevistas comuns, se não “incorrer-se-ia no risco de capturar o vazio da fala ordinária” (THIOLLENT, 1987, p. 81).

Durante o procedimento da entrevista uma das grandes preocupações deve ser com relação ao uso de equipamentos. Thompson (1935) vai dizer que em alguns casos o ideal é que não se utilize de equipamentos, pois até mesmo o ato de tomar notas escritas pode causar algum grau de estranheza por parte do entrevistado, isso parte tanto do receio de se ter algum prejuízo pessoal por estar oferecendo informações que poderão causar algum dano ao entrevistado, quanto ao fato de pessoas não terem conhecimento do equipamento o que pode levar a algum medo. Exemplos disso podemos ver com o uso de gravador, câmeras filmadoras e fotográficas, que são equipamentos que geralmente acabam intimidando o entrevistado, privando ele de sentir-se mais à vontade para responder as perguntas.

Trazendo para a nossa reflexão sobre investigações na geografia agrária, e considerando os camponeses como sujeitos estabelecidos para desta análise, devemos tecer algumas considerações sobre o processo de entrevista neste caso.

Camponeses são sujeitos que carregam consigo traços de uma identidade muito específica, e eles prezam por mantê-la. A ideia do “jeca”, o “caipira”, o “xucro” e todos os outros estereótipos criados entorno da figura do camponês acabam por criar (no universo das vaidades) uma distância muito grande entre ele e o sujeito pesquisador, que por sua vez carrega o estereótipo do “culto”, “inteligente”, “entendido”. Isso por si só já se torna um grande desafio para aqueles que fazem entrevista com camponeses.

Se não bastasse, agregam-se a isso outros elementos. No caso da reflexão em questão, tratar com os camponeses sobre as formas de trabalho é sempre um desafio à parte. Acreditamos que toda forma de trabalho desenvolvida pelos camponeses em sua luta pela permanência da terra é válida, desta forma, entendemos, por exemplo, que aqueles que buscam empregos fora do lote, se tornando trabalhadores assalariados, como um caso de disputa territorial e conflito pela terra, onde o capital utiliza da mão de obra camponesa única e exclusivamente como estratégia para justificar seu discurso de geração de renda, tentando reforçar a ideia da impossibilidade do camponês de viver no campo.

Para os camponeses a entrevista que aborda assuntos deste nível causa um bloqueio. Em um primeiro momento eles temem a perda da terra, pois trabalhar fora do lote pode causar implicações com os órgãos responsáveis pela reforma agrária (INCRA e ITESP). Por outro lado, a fala do sujeito será sempre medida para preservar seu emprego, então ele dificilmente fará relatos referentes a condições precárias de trabalho, por exemplo, para não correr o risco de perder o emprego.

Neste sentido, devemos ficar atentos sempre para preservar a identidade do sujeito, principalmente em projetos que possam expor sua vida ou seu trabalho de forma que o prejudique. Thompson (1935) já alerta para este cuidado desde a preparação do roteiro de perguntas, que deve sempre evitar perguntas diretas que possam constranger o entrevistado.

Disputa pelo território e conflito no Pontal do Paranapanema: o agrohidronegócio e o campesinato

A região que hoje conhecemos como Pontal do Paranapanema até meados do século XIX era caracterizada como uma imensa área de Mata Atlântica ocupada por um conjunto de

tribos indígenas. O homem branco, através das missões para osertão, entra em contato com essa região e inicia um processo conflituoso de ocupação expulsando, perseguiram e assassinaram inúmeros indígenas em nome da sociedade moderna. Essa região primeiramente, passou a ser chamar Vale do Paranapanema e foi ocupada por mineiros, que além de extinguirem a população indígena³, derrubaram as matas e iniciaram o processo de grilagem de terras com a omissão do poder público frente a todo esse processo.

Após o ano de 1850 com a aprovação da Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, esse mecanismo utilizado pelos grileiros não poderia ser mais utilizado para aquisição de terras, sendo a única maneira legal através da compra da terra. Entretanto, a Lei deixava umabrecha ao caracterizar que qualquer um poderia requerer posse desde que comprovasse ocupação/uso das terras em período anterior a promulgação da Lei. Tal elemento, possibilitou o início do processo de retalhamento das terras do Pontal, o que fez surgir diversosatores/sujeitos que construíram uma história de intensa sucessão de ilegalidades.

O processo de retalhamento das terras descreve Abreu (1972) iniciou-se com a formação de doisgrandes grilos, são eles:Fazendas Pirapó-Santo Anastácio e Boa Esperança do Agua-Pehy. A partir desses dois houveram sucessivos retalhamento dos mesmos formando grilos menores, vale dizer, que esse processo constituiu-se de forma ilegal, pois os grileiros não possuíam posse da terra (ABREU, 1972). Esse modelo de negociação da terra se intensificou de acordo com o autor, com as notícias de construção da Estrada de Ferro Sorocabana⁴, que por sua vez, ajudou na intensificação da produção cafeeicultora na região,sendo que por décadas foi o principal produto de exportação do estado de São Paulo e do Brasil.

A expansão territorial da lógica capitalista no campo na região do Pontal sempre se deu de maneira conflituosa, em seus primórdios com o extermínio dos povos originários ou com os conflitos entre latifundiários e a população local e imigrante. População essa de camponeses que viu seu número aumentar no decorrer da década de 1980 com a investida do capital em construir infraestrutura para a expansão e a consolidação de seus interesses através da construção de um conjunto de usinas hidroelétricas, entre elas: Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu (SOBREIRO FILHO, 2012). De acordo com o autor, o capital se utilizou do

³ O processo de extermínio da população indígena ficou conhecido como “dadas” sendo que a mais famosa foi comandada pelo Coronel Sanches de Figueiredo (FERRARI LEITE, 1998).

⁴ A ligação de Botucatu a cidade de Presidente Prudente através da estrada levou 33 anos, chegando em Presidente Prudente no ano de 1917 (SOBREIRO FILHO, 2012).

discurso de desenvolvimento e oportunidade para atrair trabalhadores de diversas regiões do país para trabalharem na construção das usinas. Com o fim da construção, os trabalhadores perderam o emprego e em grande maioria, juntaram-se com os trabalhadores posseiros, alguns realocados das áreas onde formaram-se os lagos das represas para outras áreas e outros posseiros que perderam suas terras, criando uma demanda por terra entre os trabalhadores que os reassentamentos não conseguiram responder (SOBREIRO FILHO, 2012).

Neste cenário os trabalhadores explorados e expropriados fora da lógica do desenvolvimento capitalista iniciaram um processo de organização com o objetivo de romper a barreira de exclusão colocada pelo latifúndio, essa luta emergiu de acordo com Sobreiro Filho (2012) a partir das condições desiguais impostas aos trabalhadores que fortaleceu a construção de uma identidade de luta entre os mesmos e de defesa de seus interesses. A estratégia de luta tomada por esses trabalhadores foram as ocupações de terras, sendo a primeira grande ocupação no Pontal no dia 15 de novembro de 1983 nas Fazendas Tucano e Rosângela com a participação de 350 famílias.

O MST no Pontal se organiza no início dos anos de 1990 e realizou sua primeira ocupação na região na fazenda Nova Pontal no município de Rosana. A criação do MST no Pontal foi um marco na luta pela terra no Pontal, muito devido por tentar superar o desafio de desentranhar um dos principais nichos de grilos do país e, conseqüentemente, as deformidades na estrutura fundiária (SOBREIRO FILHO, 2012). A luta pela terra deve ser compreendido por Fernandes (1996) pelos movimentos camponeses como forma de combater a lógica do capital e promover a reterritorialização do campesinato por meio da própria desterritorialização do latifúndio.

O conflito territorial na região do Pontal é elemento fundador de sua própria constituição e no próximo item discutiremos a lógica de produção no campo capitalista e as alternativas que emanam dos camponeses tanto de produção, como de organização social, política e cultural.

A lógica de produção capitalista e as resistências camponesas

A lógica de produção capitalista no campo para o capital na região do Pontal do Paranapanema vem sendo conduzido por empresas monopolistas, sejam elas nacionais ou internacionais, com o referencial de precarização do trabalho e alto grau de degradação ambiental dos recursos naturais, o que Thomaz Junior (2009) conceitualizade

agrohidronegócio. Segundo o autor as empresas capitalistas atuam simultaneamente e de forma articulada na apropriação territorial de terras e de recursos hídricos. A presença e desenvolvimento deste modelo no campo tem apresentado diversos elementos que nos leva a repensar as diversas outras realidades que conflitam constantemente com o avanço do agrohidronegócio, como por exemplo, o campesinato.

O modelo agroindustrial exportador de monoculturas vigente no campo, sendo esse uma herança do pacote tecnológico da Revolução Verde, dos anos 1950/60. Dentre as inovações tecnológicas, que se consolidam a partir do final dos anos 1990, além das inovações mecânicas, o avanço da engenharia genética aplicada (por exemplo na produção dos transgênicos), da informática, da gestão de recursos humanos, e da química fina à agricultura, foram decisivos, pois formataram o pacote tecnológico em vigência.

Essa forma de reprodução do capital no campo fundamenta-se para Thomaz Junior (2016) com o destino de atender os objetivos das empresas as demandas econômicas do mercado, interno e externo, na produção de commodities, como exemplo, açúcar e álcool, e não as demandas quanto à produção de alimentos, a segurança alimentar etc. A priorização da manutenção do abastecimento externo, por meio da commoditização, via a comercialização do açúcar é uma tendência do mercado, e, por isso, a necessidade de buscar índices de produtividade e eficiência que garantam vantagens comparativas dentro do mercado impõem que os mecanismos de controle sobre o meio ambiente e os trabalhadores sejam fundantes, sendo, pois, está a marca do destrutivismo e da degradação sistêmica do capital no campo (THOMAZ JUNIOR, 2016).

As primeiras unidades agroindustriais instaladas no Pontal foram na década de 1970, especificamente nos municípios de Teodoro Sampaio, Santo Anastácio, Narandiba, Caiuá, Regente Feijó e Caiabú. Nos anos de 1980 para 1990 o Estado freia as políticas de proteção ao setor canavieiro levando o mesmo a passar por um processo de desregulamentação, resultando em um cenário de crise para o setor, inclusive, com o fechamento de algumas unidades. Neste cenário o gerenciamento do setor deixou de ser realizado por um órgão ligado ao Governo Federal, o Instituto do Açúcar e do Alcool, e passou a ser discutido dentro do Congresso Nacional. E neste momento que os empresários se unem aos latifundiários para fazer pressão sobre o Estado a fim de amenizar os efeitos da crise que abateu o setor, tendo como bandeira a manutenção do PROALCOOL, a renegociação de dívidas, liberação de recursos e redução dos impostos (BARRETO, 2012).

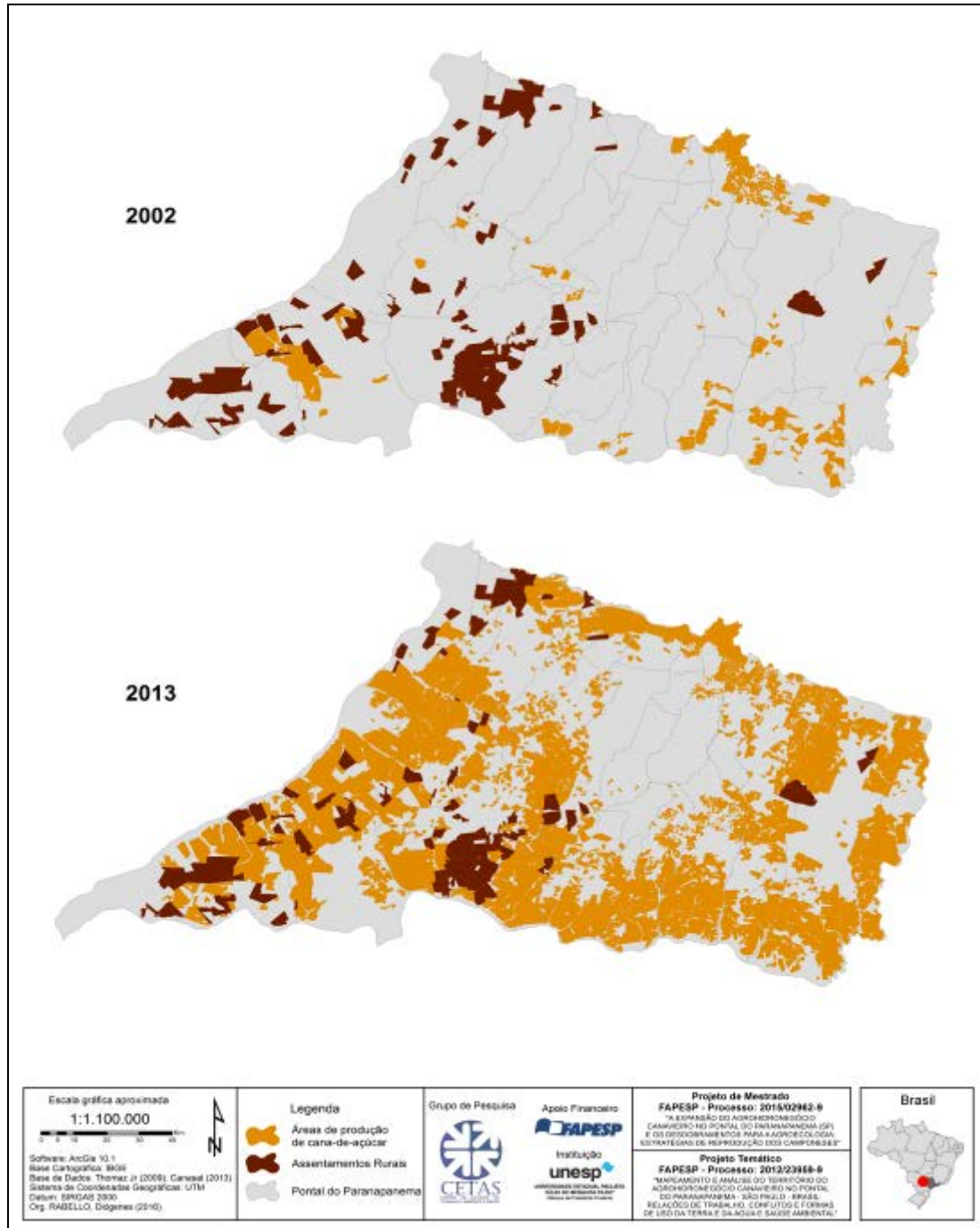
A partir de 2003 o Estado atua para ampliar a matriz energética e, em um segundo plano, resgatar os empresários do setor canavieiro da crise que os atingia desde a década de 1990. Para isso o governo impulsiona o setor automobilístico, para a produção de carros *flex-fuel*. Essa ação foi para Thomaz Júnior (2009) o principal estímulo para a retomada da produção de agrocombustíveis e recuperação do setor canavieiro no Brasil e no próprio Pontal. O autor alerta que a retomada da produção de álcool combustível cumpre a agenda do discurso de produção de energia limpa a partir da produção de cana-de-açúcar. Nesta perspectiva o Pontal é atingido por uma nova fase do agrohidronegócio canavieiro, novamente com incentivo do Estado, a partir do ano de 2005. Neste momento há a efetiva expansão das lavouras e implantação de novas unidades agroindustriais em municípios como Sandovalina, Martinópolis e Mirante do Paranapanema.

Conforme dados disponibilizados pelo Projeto Canasat(2015) evidência a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar entre o período de 2003/2004 a 2013/2014. Outro dado importante é que no Estado de São Paulo a área plantada cresceu 192,1%, enquanto no Pontal alcançou 493,4%, ver Mapa 2.

Outros dados apontam que a monocultura canavieira têm sido importante para o ranqueamento do estado como maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. Conforme descreve Thomaz Júnior (2013), dos 355 municípios dos 650 que compõe o estado de São Paulo, são canavieiros, e eles representam 60% da produção nacional, o que correspondem a 65% do total do álcool e do açúcar produzido no país. Além do mais, respondem por 35% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola paulista e 8% do PIB agrícola nacional. Sendo que esse cultivo está territorializado por aproximadamente 6,5 milhões de hectares, sob a influência de 160 unidades agroindustriais.

As características do agrohidronegócio canavieiro em geral a concentração fundiária, a prática monocultora, o controle dos recursos naturais (terra, água e sementes), a degradação do trabalho, a manipulação de sementes/mudas transgênicas, o uso de agrotóxicos no Pontal, tem-se o adicional da grilagem de terras, já que a maior parte dos canaviais são cultivados em terras devolutas (THOMAZ JUNIOR, 2009).

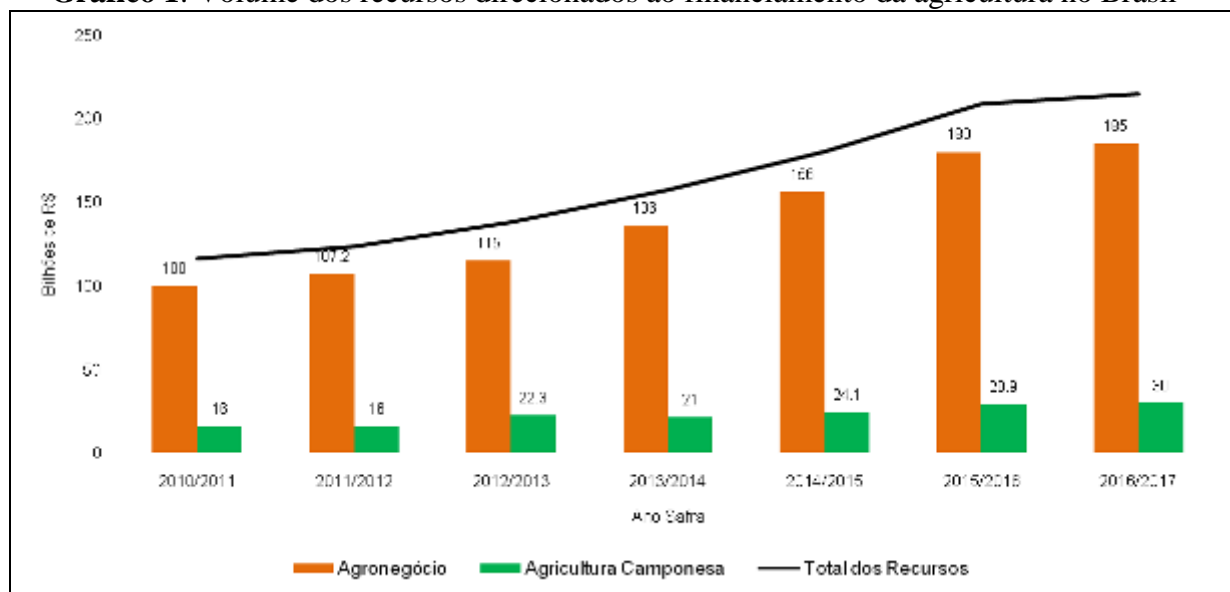
Mapa 1: Crescimento da área cultivada de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema nos anos de 2002 e 2013



Associado a tudo isso temos uma política agrária que dá privilégios ao desenvolvimento do capitalismo no campo, o que por sua vez tem abandonado as pautas em

torno da Reforma Agrária e das lutas sociais no campo. Esses incentivos ao agronegócio tem impulsionado os conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros desenvolver suas atividades com prazos de carência e possibilidades de isenção de impostos. Já por sua vez, os camponeses resta parcela mínima de recursos disponibilizados para a sua produção, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Volume dos recursos direcionados ao financiamento da agricultura no Brasil



Fonte: MDA (2015) e MAPA (2015).

Os recursos destinados ao agronegócio tiveram um acréscimo de R\$80 bilhões nos últimos seis anos, enquanto que para a agricultura camponesa foram apenas R\$12,9 bilhões, no mesmo período. Quando analisamos o montante de recursos, verificamos que para o ano-safra de 2015/2016 a agricultura camponesa recebeu apenas 13,8% do total dos recursos destinados pelo Estado para o agronegócio. Demonstrando que o agronegócio desenvolve-se cada vez mais contando com a permissividade e incentivos do Estado.

Além do mais, o modo capitalista de produção no campo na produção de commodities está embasada no uso indiscriminado de agrotóxicos o que de acordo com Bombardi (2012) o vem crescendo ano a ano.

Uma característica marcante do uso de agrotóxicos na região do Pontal é a aplicação através da pulverização aérea o que vem causando diversas problemáticas, entre elas de contaminação do meio ambiente e, conseqüentemente, a degradação ambiental, assim como degradação da saúde dos trabalhadores que atuam direto na aplicação dos venenos. Assim como, a contaminação da população através do efeito deriva. Outra problemática é referente

aos impactos pelo efeito deriva nos cultivos dos camponeses assentados, pois aqueles que optam por atividades alternativas em suas terras, como agroecologia, relatam que com o contato direto que suas lavouras têm com a monocultura de cana-de-açúcar, ou propriamente com a contaminação originada da aplicação de agrotóxicos, em consequência do efeito deriva, acabam tendo seus alimentos contaminados.

Como destacamos ao longo desse texto, a lógica territorial de produção capitalista no campo emprega a precarização e degradação tanto do sujeito que trabalha, como do meio ambiente no processo de produção de monocultivos com a utilização de agrotóxicos em terras devolutas no Pontal.

Por outro lado, os camponeses têm feito contraponto ao modelo de desenvolvimento capitalista para o campo. Nesse ínterim, enxergamos a existência de dois modelos de desenvolvimento em disputa. De um lado, o agrohidronegócio que se impõe como hegemônico através de suas formas de controle do trabalho e da terra, e de outro, o campesinato que luta para se manter enraizado na terra, além de se envolver na luta pelo acesso à terra, tendo suas bases alicerçadas na relação do homem com a terra, como forma de organização específica e na contínua luta pela permanência na terra e de reprodução de suas formas de vida.

As relações de trabalho que identificam o campesinato se desenvolvem para manter e reproduzir seus modos de vida. Portanto, o produto do trabalho do camponês servirá para sustentar a reprodução da família e garantir que haja continuidade das formas de trabalho. A acumulação é um elemento importante para apontar nesta diferenciação, pois é a base ideológica que sustém o sistema capitalista de produção no campo, que difere da lógica de (re)produção do campesinato.

Com o intuito de chegar a uma definição de campesinato, Paulino (2006) traça algumas diferenças entre os dois modelos de agricultura presentes no campo brasileiro. Segundo a autora,

Enquanto na agricultura capitalista a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho, sendo as demais transacionadas no emaranhado das relações econômicas, nas unidades camponesas a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois o que elas têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra (PAULINO, 2006, p. 29-30).

Neste sentido, percebemos que o camponês, depois de passar pelo processo de luta para conquistar a terra, persiste no enfrentamento para permanecer na terra. Trata-se da continuação da luta e da resistência contra as formas de desterritorialização impostas pelo

capital, personificados em latifundiários/grileiros. Somado a isso, percebe-se uma ausência de políticas públicas que, de fato, possam atender as reais necessidades desses sujeitos (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

A concentração fundiária afirmada e incentivada pelo Estado, com a destinação de créditos financeiros é um dos incentivos para que os camponeses se organizem em movimentos sociais para a luta pelo acesso e permanência na terra, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido a principal organização social que luta pelos direitos da população camponesa. No Pontal o MST têm protagonizado enfrentamento direto ao capital agroindustrial canavieiro com o entendimento de que ele se apresenta como grande entrave para o avanço da reforma agrária, uma vez que o mesmo está aliado aos latifundiários, ao Estado e ao grande capital, seja ele nacional ou internacional.

Os camponeses vêm desenvolvendo alternativas de trabalho com a terra, entre elas a que mais chama atenção é a agroecologia por suas características técnicas, sociais e políticas. Contrapondo ao modelo hegemônico do capital agroindustrial canavieiro. Nos últimos anos as discussões em torno da agroecologia têm avançado fortemente no interior dos movimentos sociais no campo e nos espaços acadêmicos. No Pontal diversas iniciativas estão sendo apresentadas para avançar na transição agroecológica, como: a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAF's); olericultura orgânica; e produção de leite com bases agroecológicas. No âmbito político, a agroecologia tem sido proposta e praticada, sobretudo, pela Rede Pontal Agroecológico conformada por diversas instituições e organizações, com coordenação do MST e participação ativa das associações e cooperativas de camponeses do Pontal.

Aqueles que optam por atividades alternativas em suas terras, como agroecologia, relatam que essa realidade traz dois grandes problemas fundantes para discutir o conflito entre monocultura canavieira e agroecologia. 1) os assentados se dedicam ao desenvolvimento de práticas alternativas e orgânicas para adubação, fertilização e controle de pragas, aplicando técnicas de trabalho que não envolvem uso de produto agroquímico, cumprindo os preceitos do processo produtivo agroecológico. Entretanto, com o contato direto que suas lavouras têm com a monocultura de cana-de-açúcar, ou propriamente com a contaminação originada da aplicação de agrotóxicos; 2) o problema da pulverização aérea implica diretamente na criação de uma certificação para os produtos agroecológicos. A certificação tem sido entendida pelos camponeses como uma estratégia importantíssima no que se refere à comercialização justa

dos seus produtos, e como não conseguem certificação para seus produtos, são obrigados a comercializar os alimentos agroecológicos como produtos convencionais.

A agroecologia vem sendo pensada como uma forma de romper com os padrões produtivistas de alimentos. Tem-se discutido a agroecologia cada vez mais como forma de viabilizar o desenvolvimento no campo, permitindo a reprodução do camponês, pensando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico a qualidade social e ambiental, considerando suas práticas que, de um modo geral, condenam o uso de agroquímicos nos processos produtivos e se preocupa com a produção de alimentos saudáveis.

A agroecologia propõe reflexões em torno das questões sociais que perpassam as discussões de organização enquanto comunidade, buscando melhores condições de reprodução, passa também pela discussão de gênero, pois na agroecologia a produção dos quintais, que em linhas gerais está sob os cuidados das mulheres, é considerada também parte do sistema produtivo, e não uma atividade avulsa com relação às outras áreas de produção do lote. Busca-se ainda, a autonomia e minimizar a dependência do consumo externo, levando o camponês a priorizar o abastecimento interno, bem como a dimensão econômica, onde há a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais através de circuitos curtos de comercialização.

Portanto, a agroecologia no Pontal tem demonstrado ser uma importante estratégia de (re)existência dos camponeses em seus territórios, ainda que muito tenha que ser avançado e superado em relação aos vários desafios, problemáticas e conflitos que os envolvem.

Considerações Finais

Conforme apontamos ao longo do texto e das análises preliminares que realizamos das entrevistas com os camponeses do Pontal do Paranapanema (que no total foram realizadas 134 entrevistas⁵) é perceptível, considerando as particularidades de cada um dos sujeitos entrevistados, que mesmo diante do avanço devastador do agrohidronegócio canavieiro, assim como dos vários problemas ligados ao campo e a luta pela terra, esses trabalhadores têm

⁵ O número de entrevistas refere-se às entrevistas realizadas no âmbito do Projeto Temático “Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e saúde ambiental” (Processo FAPESP/Núm. 2012/23959-9).

buscado estratégias de (re)existência, sendo a agroecologia um importante mecanismo de atuação.

Temos conseguido desenvolver com mais efeito este tema de pesquisa e analisar os fenômenos que se passam no cotidiano dos sujeitos do campo e os seus conflitos a partir do momento em que temos repensado nossas práticas de pesquisa. Repensar estas práticas significa olhar melhor para os referenciais metodológicos dos quais temos nos apropriado para desenvolver a pesquisa e refletir sobre seus efeitos para a relação sujeito pesquisador-sujeito pesquisado no processo de pesquisa. Em nossas pesquisas isso tem sido imprescindível, pois os trabalhos de campo e as entrevistas em sido a principal fonte de informações qualitativas para a construção do nosso objeto de estudo.

Referências Bibliográficas

- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: PresidentePrudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de PresidentePrudente, 1972. 339p.
- ALVES, F. D. Concepções metodológicas da geografia agrária: múltiplas abordagens sobre o rural. 2010. **Anais... XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.
- BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012, 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2012.
- BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: MERLINO, T. e MENONÇA, M. L. (Orgs.) **Direitos Humanos no Brasil 2012**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012, p. 75-86.
- COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.
- FABRINI, J. E. O sujeito e o objeto na geografia. **Espaço Plural**: Marechal Candido Rondon, Ano VI, n. 12, 2005, pp. 12-13.
- FERREIRA, D. A. de O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo. n. 16, p. 39-70, 2001.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª Edição. Tradução Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artemed, 2009.
- LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. In: _____ **Boletim Paulista De Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 77-92, 1949, pp: 77-89.
- LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec: FundaçãoUNESP, 1998. 202p.
- MOREIRA, R. O tempo e a forma: a sociedade e suas formas de espaço no tempo. **Ciência Geográfica**: Bauru, n. 9, p. 4-10, 1998.
- OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo, Contexto,2001.

- PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.1, p. 111-129, 1999.
- SOBREIRO FILHO, J. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. In: **Revista Geografia em Questão**, Marechal Candido Rondon, v. 05, n. 01, p. 83-114. 2012.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia** (UFF), Niterói/RJ, v. 7, p. 92-99, 2002.
- THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- THOMAZ JÚNIOR, A. As Correntes Teóricas na Geografia Agrária Brasileira. (Uma contribuição à crítica teórica, sem a prioris). **Terra Livre**, v. 34, p. 35-52, 2011.
- _____. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013. p.325-340.
- _____. **Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio no Brasil**. XXII Encontro Estadual de História, Assis, 2016. (Mimeografado).
- _____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 997p. Tese (livre-docência). Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, 2009.
- _____. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. **Revista Apogeo**, Lisboa, v. 13-14, n.13/14, p. 2-9, 1997.
- THOMPSON, P. Entrevista. In: **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1935.
- TURRA NETO, N. **Pesquisa qualitativa em Geografia**. Trabalho apresentado semana da Geografia em Ourinhos/SP – 24 de setembro de 2013.